



ENSINO SUPERIOR

MEC revê índice para liberar Fies

Governo recua e aumenta para 6,4% o percentual de acréscimo máximo nas mensalidades. Mesmo assim, Univates segue excluída do programa. **Página 8**

Leitores

Em virtude do feriado de Carnaval, não haverá edição na terça e quarta. Circulação volta na quinta-feira.

AHora

ClassiHora

Ofertas e promoções

CLASSIFICADOS
EUROVALE

TEMPO
NO VALE



Fim de semana no Vale:
Sol com muitas nuvens
Mínima: 21°C - Máxima: 30°C

AHora

Compromisso com o Vale do Taquari.

Fundado em julho de 2002

Lajeado, fim de semana,
14 e 15 de fevereiro de 2015
Ano 12 - Nº 1283

Avulso: R\$ 3,00

Fechamento da edição: 19h

ESTACIONAMENTO ROTATIVO

Vereador pede rescisão do contrato via Promotoria

Ex-líder do governo na Câmara de Vereadores de Lajeado, Eildo Salvi (PT) protocolou, no MP, pedido de rompimento do contrato entre Executivo e Estacione Rotativo. O documento entregue ao promotor questiona a forma de contratação da

empresa e propõe o serviço a uma autarquia ou fundação pública. Também reclama de desacordos entre o serviço prestado e as exigências do edital de licitação. Município defende a empresa e garante legalidade no processo feito. **Página 6**

Polícia reforça fiscalização



FERIADÃO: a associação de bebidas alcoólicas e o excesso de velocidade no trânsito são os principais responsáveis pelos graves acidentes registrados a cada Carnaval. Polícias vão às ruas para coibir excessos **Páginas 4 e 5**

Aventura

Kombi leva grupo pela América

ARQUIVO PESSOAL



Quinze pessoas
encaram o desafio:
percorreram 10 mil
quilômetros em 20 dias.

CONEXÃO

Associado do Sicredi

Confira nossa taxa especial para Financiamento de Veículos



*Taxa - A partir de 1,51% ao mês



Veja alguns exemplos:

Valor de R\$ 10.000,00

Parcelas	Valor	Ano Veículo a partir de
60	R\$ 258,53	0 km
60	R\$ 276,64	2012
60	R\$ 288,38	2008
48	R\$ 332,01	2005

*Taxa válida para financiamentos na Sicredi Vale do Taquari.
*Taxa pós-fixada com base na taxa Selic de 02/02/2015.
*Sujeito a aprovação através de análise cadastral.
*Custo Efetivo Total: 0Km: 10,41%, R\$ 12.319,43; ano 2012: 14,27%, R\$ 13.126,54; ano 2008: 16,77%, R\$ 13.634,74; ano 2005: 18,14%, R\$ 13.129,90.

Cidades

◆ Curso de produção de eventos recebe inscrições

ENCANTADO – A Amturvaes e Executivo oferecem o curso de Planejamento e Produção de Eventos. A formação gratuita recebe inscrições até o fim do mês. O curso ocorre em parceria com a Secretaria de Turismo de Estado. A carga horária será de 30 horas,

com aulas das 19h às 23h, no Auditório Imigrante. Ao todo, serão seis encontros, nos dias: 2, 9, 16, 23 de março e 6 e 13 de abril. Inscrição www.amturvaes.com.br/inscricao Mais informações pelo 3751-3777 ou pelo secretaria@amturvaes.com.br

Vereador pede fim do contrato do rotativo

Ildo Salvi (PT), ex-líder do governo, questiona no MP a contratação da empresa

Lajeado

O Ministério Público (MP) analisará um parecer assinado pelo vereador petista Ildo Salvi, cujo conteúdo questiona a contratação da Stacione Rotativo. Responsável pela cobrança do estacionamento público, ela estaria desrespeitando exigências do edital de licitação e também do contrato assinado no início de 2014. Além disso, o parlamentar quer uma empresa pública gerenciando o uso das vagas azuis. Executivo e direção da concessionária ainda não tiveram acesso ao documento.

Ontem de manhã, Salvi protocolou o pedido no MP. Ele entregou o parecer para o promotor de Justiça, Sérgio Diefenbach. O vereador também encaminhou um requerimento ao presidente do Legislativo, Carlos Ranzi (PMBD). Conforme este documento, a Stacione estaria descumprindo o objeto do contrato com falhas graves. Entre elas, falta de cobertura do sistema, ausência de monitores em todas as ruas e avenidas da zona azul, problemas de contratação ou inoperância do software.

Segundo Salvi, os problemas maiores ocorrem nas ruas Santos Filho, João Abott, Travessa Cristiano Schmidt e avenidas Alberto Pasqualini e Benjamin Constant. Conforme o parecer, "nestes trechos, quando não ficam totalmente desassistidos, de forma aleatória, ou induzida, os motoristas são penalizados com a cobrança de pós-pagamentos ou com retenção, guincho e multa." Para o vereador, isto descaracteriza a finalidade da democratização dos espaços públicos.

O parlamentar sustenta que qualquer valor cobrado pelo uso de espaço público não pode ser considerado como "preço público", mas, sim, como tributo, caracterizando uma "taxa de polícia". "E isto precisa ser cobrado



Nessa semana, a Stacione Rotativo anunciou parquímetros para março. MP agora avalia a legalidade do contrato

por um ente público, como uma fundação ou uma autarquia. Mas jamais por uma empresa privada que visa tão somente o lucro", comenta. Sobre isto, ele questiona também a aplicação de multas decorrentes da comunicação realizada por agentes da concessionária.

Para Salvi, a fiscalização do

trânsito, autuação e aplicação de medidas administrativas cabíveis compete só aos órgãos e entidades executivas dos municípios, e decorre do exercício do poder de polícia. "A delegação do poder de polícia não pode ser transferida para iniciativa privada. Em alguns municípios isto já não ocorre mais." Ele cita **Porto Alegre**, onde o estacionamento rotativo é gerenciado pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

No parecer, o vereador cita que a legislação municipal e o contrato celebrado servem apenas para "mascarar uma imoral autorização concedida a particular para cobrar pela utilização de bem de uso comum do povo." Segundo o parlamentar, não se trata de concessão, pois não ocorre a prestação de qualquer serviço público passível de ser concedido pela administração e cobrado dos usuários por meio de preço público. "A mera utilização de bem de uso comum do povo não pode ser objeto de remuneração, não sendo lícita a concessão de 'exploração das vagas' a particular."

“A delegação do poder de polícia não pode ser transferida para iniciativa privada.”

Ildo Salvi
Vereador

bom desempenho de comunicação quanto aos dados dos usuários já cadastrados."

Segundo o vereador, diversos usuários cadastrados no sistema zona azul, mesmo tendo saldo credor em suas placas, estão pagando duplamente. "Ocorre que os créditos registrados previamente no sistema da empresa não amortizam os valores emitidos a partir dos tickets já lançados pelos monitores externos. A cobrança pós-pagamento é uma prática irregular."

“Não temo represálias do partido”

Salvi votou a favor da nova lei do estacionamento rotativo em 2013, quando ainda era líder do governo do PT na câmara. Após entregar o parecer ao MP, ele entende estar "protegendo a administração municipal." "O contrato foi muito malfeito, e qualquer rompimento sem razão por parte do Executivo vai gerar custos. Agora, se há determinação do Legislativo ou até mesmo do Judiciário, não será necessário indenizar", acredita.

Cobrança dupla

Conforme o parecer encaminhado ao MP, foi constatado que o sistema operacional da empresa é insuficiente ou inadequado para o controle dos créditos vinculados às placas credenciadas. Cita que o cadastro on-line não opera de forma adequada, pois não teria "um

“O contrato é legal”

O procurador jurídico do município, Edson Kober, ainda não teve acesso ao documento enviado ao MP e à presidência do Legislativo. "Acredito que seremos notificados do assunto nos próximos dias." Mesmo assim, ele garante que todos os trâmites que culminaram com a contratação da Stacione Rotativo ocorreram dentro da legalidade. "Os documentos inclusive já foram averiguados pela própria promotoria", lembra.

Kober aguarda maiores detalhes a respeito dos argumentos do vereador petista para solicitar o fim do contrato. Ele demonstra tranquilidade, e reitera que o convênio com uma empresa privada é permitido por lei. "Mas todos são livres para questionar. E o processo é público, então todos podem ter acesso a ele e argumentarem." A direção da empresa foi contatada, mas preferiu não se manifestar antes de ter acesso aos documentos encaminhados ao MP.

PÓS-GRADUAÇÃO UNIVATES

ESPECIALIZAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO

CONHEÇA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
PROGRAMADOS PARA 2015



ANÁLISES
TOXICOLÓGICAS



ATENÇÃO MULTIDISCIPLINAR
EM ONCOLOGIA 2ª EDIÇÃO



DESIGN DE INTERIORES



DIREITO PREVIDENCIÁRIO
E PROCESSO 2ª EDIÇÃO



ENGENHARIA DE SEGURANÇA
DO TRABALHO 4ª EDIÇÃO



GESTÃO ESTRATÉGICA
DE PESSOAS 8ª EDIÇÃO



MBA EM BRANDING
& BUSINESS 3ª EDIÇÃO



MBA EM GERENCIAMENTO
DE PROJETOS 2ª EDIÇÃO



MBA EM GESTÃO EMPREENDEDORA
DE NEGÓCIOS 6ª EDIÇÃO

WWW.UNIVATES.BR/POSGRADUACAO

www.univates.br
0800 7 07 08 09

UNIVATES

Governo **adia** mudanças no bairro Universitário

Grupo de moradores conseguiu protelar a decisão



Área onde está o Clube Bandeirantes será parcialmente ocupada pelas novas empresas. Comunidade repudia mudança

Lajeado

A alteração da zona de mapeamento de uma área do bairro Universitário será melhor estudada pela administração municipal. A Secretaria de Planejamento (Seplan) protela por 30 dias qualquer decisão a respeito da intenção de transformar a área residencial próxima ao Sesi em uma unidade territorial de comércio e serviços. Reunião foi realizada na quinta-feira com moradores do Loteamento Jardim Amazonas, que são contrários à ideia.

O objetivo da mudança é a instalação de duas empresas naquela região. Na semana passada, o grupo de moradores procurou a imprensa e o Ministério Público (MP) para tentar uma nova audiência pública. Segundo eles, o encontro realizado em dezembro teve pouca participação da comunidade. Um documento com mais de 150 assinaturas também foi encaminhado à Promotoria.

De acordo com a secretária da Seplan, Marta Peixoto, a mudança também servirá para regularizar a área. Segundo ela, o Sesi estaria hoje irregular dentro da área residencial. "Queremos adequar a região, causando o mínimo de impacto possível. Mas não há como deixar da forma que está hoje",

anuncia ela. Ela confirma que dentro de 30 dias se reunirá novamente com o grupo de moradores. Até lá, nenhum projeto de lei será encaminhado ao Legislativo.

Marta cita que diversas restrições serão impostas às empresas, em uma decisão conjunta com o Conselho de Política Urbana (Copur) de Lajeado. A sugestão é de um limite de 15 metros de altura para as novas construções comerciais. Também determinam que apenas empresas de baixo impacto ambiental podem se instalar naquela região do bairro, e todos

os serviços de carga e descarga de veículos só podem ocorrer em horário comercial.

Duas empresas de baixo e médio impacto devem se instalar no local, que tem cerca de 17 mil metros quadrados. Entre elas, está a STW Soluções em Automação. Ela desenvolve programas de computador sob encomenda, com vendas previstas para o exterior. A secretária garante que as áreas verdes do bairro serão consideradas, e que o terreno do Clube Bandeirantes será parcialmente mantido para o lazer da comunidade.

"REALIZAMOS AUDIÊNCIA PÚBLICA"

A secretária reitera que todos os trâmites legais foram respeitados. Os moradores questionaram o processo, os prazos e o local escolhido para a audiência pública. Segundo eles, mais de 80% das pessoas presentes não eram moradores do bairro. Ao todo, 72 pessoas participaram do encontro na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, no loteamento Verdes Vales, e a maioria votou pela mudança no zoneamento.

"Na gestão anterior, as audiências deste tipo eram realizadas na sede da prefeitura, e durante horá-

rio comercial. Hoje mudou. Fizemos de tudo, e queremos fazer ainda mais, para atrair sempre o maior número possível de moradores", salienta Marta. Mesmo assim, moradores ainda devem solicitar uma nova audiência.

Na semana passada, o promotor de Justiça, Sérgio Diefembach, instaurou inquérito civil para averiguar o fato. Ele afirma que o objeto da investigação não será a forma como a audiência pública foi feita, mas, sim, averiguar a eventual ausência de áreas de lazer naquela região do bairro Universitário.